

## Conversa com Ruy Braga\*

Sempre atento às configurações assumidas pelas mais diversas lutas sociais ao redor do globo, o sociólogo conversou com a *Em Pauta* sobre suas mais recentes obras e interpretações acerca das transformações contemporâneas nas relações sociais capitalistas, notadamente no mundo do trabalho, no campo das lutas sociais e nos processos de formação e organização da classe trabalhadora.

Felipe Demier\*\*

**1. Em “A Pulsão Plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais” (Alameda, 2015), seu último livro, é estabelecida uma relação entre o “preariado” – sujeito social discutido em sua obra anterior (“A Política do precariado: do populismo à hegemonia lulista”. São Paulo: Boitempo, 2012) – e as manifestações urbanas verificadas em vários locais do mundo no contexto da atual crise capitalista. De que forma as profundas metamorfoses no mundo do trabalho, verificadas nas últimas décadas, ajudam a explicar o cenário político mundial, em especial no que diz respeito ao aparente protagonismo do “preariado” no atual ciclo de lutas sociais pelo mundo?**

RB: Esse é um tema importante, pelo fato de que as principais análises a respeito desse último ciclo de rebeliões sociais que se verifica na Europa e na América Latina enfatizam a questão política como o eixo que mobiliza propriamente esses sujeitos coletivos e, evidentemente, a questão

\* Professor do Departamento de Sociologia da USP, onde dirige o Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic). É autor de, entre outros livros, *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista* (Boitempo, 2012), *A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais* (Alameda, 2015) e *A nostalgia do fordismo: modernização e crise da teoria da sociedade salarial* (Xamã: 2003).

\*\* Membro do comitê editorial da revista e professor do Departamento de Política Social (DPS) da Faculdade de Serviço Social (FSS) da UERJ. Email: <felipedemier@yahoo.com.br>.

política associada à questão democrática, ou seja, a uma espécie de crise de representatividade política nos diferentes contextos nacionais que, evidentemente, é correto. Ou seja, há de fato um déficit democrático que alimenta, por assim dizer, esse ciclo recente de mobilizações e de rebeliões sociais. O que eu tento enfatizar, na verdade, é que, apesar de necessária, essa explicação não é suficiente para dar conta da globalidade desse fenômeno. Por conta disso eu procurei trazer, tanto em “A Política do Precariado”, quanto em “A Pulsão Plebeia”, a dimensão propriamente econômica ligada à estrutura social e às transformações do regime de acumulação pelas quais tem passado o capitalismo recentemente, nessa etapa da globalização, para procurar exatamente identificar quais são os elementos, quais são as dimensões que aglutinam, que agregam e que, de alguma maneira, estão presentes em todas essas, ou na maioria dessas rebeliões. Do ponto de vista político, você vai encontrar demandas, pautas, dimensões que são muito particulares. No caso dos países europeus, você vai encontrar, normalmente, uma pauta, uma agenda focada na defesa da proteção social, do Estado social de direitos. No caso da América Latina, você vai encontrar uma agenda mais ligada à crise urbana ou à ausência de serviços públicos, e isso é importante destacar porque diz respeito a essa agenda mais imediata. No entanto, o problema é tentar entender, para além dessa aparente diversidade, quais são as tendências comuns. Na minha opinião, as tendências comuns passam necessariamente pela questão da crise econômica que se desenvolve no capitalismo globalizado a partir de 2008, pelas transições que ocorrem no próprio regime de acumulação que se adapta a esse contexto de crise e pela formação daquilo que a gente poderia chamar de um jovem precariado global, ou seja, que se forma na globalização e tem características distintas dos precariados anteriores, em especial da formação do precariado fordista, do pós-Segunda Guerra, e que, na minha opinião, também tem protagonizado esse ciclo, o de lutas. Então, nesse sentido, o que eu tento fazer em especial em “A Pulsão Plebeia” é estabelecer esses links, essas ligações entre a formação desse precariado em escala global, que é o produto, por assim dizer, do aprofundamento da crise da globalização capitalista a partir de 2008, com os contextos nacionais, em especial, no caso, o brasileiro e o português.

**2. Em sua opinião, seria correto falar em um descompasso entre a nova morfologia do mundo do trabalho (marcado, entre outras características, pela precarização da força de trabalho) e as formas de representação econômico-corporativa/política dos setores subalternos? O precariado é capaz de reinventar estas formas?**

RB: Eu diria que o precariado representa, do ponto de vista político, um enorme desafio para as estruturas tradicionais de organização da

classe trabalhadora, em especial os sindicatos, mas a gente pode estender isso aos partidos políticos, às associações etc. Digo isto porque, do ponto de vista político, o precariado representa um princípio solvente, ou seja, ele é o produto do colapso de uma forma, de um modo de desenvolvimento anterior que de certa maneira ainda existe, subsiste, mas ele ainda não se consolidou como um estrato, digamos assim, estável. Isso significa que ele é formado fundamentalmente por uma parte muito jovem dos trabalhadores, conseqüentemente, uma parte jovem carente de uma certa experiência política institucional, mas, por outro lado, ele vem de uma trajetória de escolarização mais longa do que a geração anterior e, conseqüentemente, consegue elaborar e ter acesso a um conjunto, a um universo de informações que é, digamos assim, muito mais sofisticado que no passado. Esse jovem precariado domina instrumentos tecnológicos que permitem que ele tenha acesso a informações num ritmo, num fluxo muito mais intenso do que se costumou identificar no passado. Isso cria uma situação bastante crítica porque, por um lado, o que você percebe é uma nítida ausência de experiência política, mas, por outro lado, uma intensa busca por superar essas ausências e esses obstáculos. Ao mesmo tempo esse precariado encontra-se inserido em condições, a respeito de suas qualificações que podem ser mais ou menos elevadas, mas que seguramente são qualificações, do ponto de vista formal, superiores às da geração anterior. Esse precariado encontra-se inserido em condições de trabalho ainda mais degradadas e degradantes do que significou no passado, o que coloca, vamos dizer assim, essa parte, essa fração da classe trabalhadora numa condição de urgência, ou seja, ela necessita urgentemente mobilizar-se em direção à garantia dos seus direitos, da aplicação dos seus direitos, da expansão dos seus direitos, da melhoria das suas condições de trabalho, dos seus salários. Trata-se evidentemente de uma situação bastante crítica. Finalmente, existe uma dimensão que não devemos subestimar, que é a elevação da expectativa em relação ao futuro. Essa juventude formada por esses trabalhadores precarizados, mais escolarizada, mais inserida no universo da circulação da informação, dos valores, da cultura, é uma juventude que, de alguma forma, deseja mais do que a geração anterior. Ela espera que o modelo de desenvolvimento entregue aquilo que promete, ela não se contenta com o pouco, inclusive do ponto de vista político, e daí desafia a representação tradicional, dos políticos tradicionais – talvez o exemplo mais típico seja esse enorme conflito que se verifica entre esses jovens e a Câmara, o Congresso Nacional, em especial a Câmara dos Deputados, que tem à frente o Eduardo Cunha, que é essa excrecência política. Mas a gente pode ampliar esse raciocínio a partir, por exemplo, do conflito entre, por um lado, essa juventude que demanda mais liberdade, que é mais educada, mais integrada aos fluxos de informação, e deputados que defendem uma pauta medieval, do ponto de vista dos valores, os deputados ligados às igrejas e assim por diante. Mas o que eu gostaria de enfatizar é que existe de fato uma elevação da expectativa

em relação ao consumo. Isso é importante porque, a rigor, hoje nós vivemos mais mercantilizados, o que coloca no centro da dinâmica social o sujeito monetário. Só que, ao mesmo tempo, essa juventude que nasce nesse mundo mais mercantilizado, dominado pela forma mercantil, percebe que a sua capacidade de acessar esse universo é sistematicamente bloqueada pelos baixos salários, pelas péssimas condições de trabalho, pela alta rotatividade, pela ausência, em muitos casos, de direitos trabalhistas etc. Isso faz com que haja um efeito de frustração generalizado entre esses jovens. A isso, vêm se somar as péssimas condições de vida nas periferias dos grandes centros urbanos. Isso tudo produz um efeito explosivo, e esse efeito explosivo evidentemente desafia os sindicatos e os partidos políticos tradicionais, que, simplesmente, não são capazes, não estão habilitados, orientados na direção de incorporar essa parcela, com algumas honrosas exceções. No caso brasileiro, notoriamente, mas também a gente pode estender isso para outros países, houve um aprofundamento do processo de burocratização sindical, e das burocracias partidárias que, praticamente, blindam os sindicatos contra a influência desses jovens trabalhadores e que, basicamente, impõem, vamos dizer assim, os interesses dos sindicatos aos interesses desses jovens trabalhadores, o que é uma tragédia porque, basicamente, o futuro do mundo do trabalho encontra-se assentado exatamente sobre essa parcela da classe trabalhadora. Quer dizer, os setores mais protegidos, sindicalmente organizados, mais qualificados, menos ameaçados, digamos, pela mercantilização do trabalho, pela subtração dos direitos, esses setores tendem a ser cada vez menos importantes do ponto de vista do peso sociodemográfico dentro da classe trabalhadora, o que significa que a parcela do precariado tende a se expandir. Então, sem dúvida, é um desafio para os sindicatos. A formação de coalisões, eu diria coalisões inovadoras, frentes entre sindicatos, movimentos sociais, movimentos de juventude, movimentos de trabalhadores precarizados – como notoriamente é o caso do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), nas suas diferentes configurações, espalhados pelo país – são fundamentais, são centrais hoje na luta de classes brasileira e no contexto internacional. No entanto elas são muito difíceis de serem estabelecidas e, ainda hoje, encontram-se numa espécie de semiperiferia da cena política sindical. O grande desafio é trazer essas coalisões para o centro da cena político-sindical, e política no sentido amplo, porque é da qualidade dessas coalisões que depende o futuro da luta política dos trabalhadores no país.

### **3. Como as manifestações urbanas dos últimos anos, em especial aquelas ocorridas no chamado “Sul Global”, podem ajudar a refletir acerca das atuais formas de dominação política no capitalismo contemporâneo?**

RB: No meu projeto atual, que engloba uma comparação entre Brasil, África do Sul e Portugal para tentar refletir sobre formação do preca-

riado nesse “Sul Global”, eu avento a hipótese de que nós estamos vivendo o fim daquilo que a gente poderia chamar de um ciclo longo de revoluções passivas em escala internacional que, entre outros aspectos, implicava a combinação de um certo crescimento econômico com uma incorporação política dos trabalhadores. No caso brasileiro, notoriamente, isso se deu durante a vigência do lulismo. No caso da África do Sul, verificamos isso com o fim do apartheid, em uma tentativa de se estabelecer reformas que pudessem incorporar aquela massa enorme de trabalhadores precarizados na África do Sul, e que foi do governo do Mandela até o governo do Mbeki. Posteriormente é reavivado o projeto, com a chegada do Jacob Zuma à presidência da república, e se verificam também modos muito parecidos com o caso brasileiro, como a multiplicação de bolsas, programa de transferência de renda condicionada e investimentos muito fortes na área de moradia popular. No caso de Portugal, algo semelhante pode ser encontrado durante aquele período que se estende durante a década de 1990, marcado por um crescimento econômico que se deveu, na verdade, ao acesso de Portugal aos fundos europeus. Colocou-se muito dinheiro em infraestrutura. Isso faz com que em 2001, 2002, praticamente o desemprego tenha desaparecido em Portugal, na sociedade portuguesa. Esse modelo de desenvolvimento se apoiou fundamentalmente num regime de acumulação periférico que se estruturou em torno de alguns motores, como é o caso notoriamente da indústria da construção civil, a indústria da construção pesada etc. No Brasil, os eixos centrais foram o agronegócio, a área de energia e os investimentos da Petrobras. Na África do Sul, verificaram-se vultosos investimentos na área de mineração. Esse modelo de desenvolvimento apoiado fundamentalmente na exploração do trabalho assalariado, com suas características periféricas, explicou em alguma medida o crescimento econômico e uma relativa incorporação desses trabalhadores, em especial das franjas mais precarizadas da classe trabalhadora nesses diferentes países. Esse modelo de desenvolvimento esgota-se com a crise de 2008, e inicia-se uma transição. Essa transição tem uma característica central, que é o deslocamento da exploração do trabalho assalariado para o aprofundamento da espoliação social como principal estratégia social de garantia de acumulação econômica. Isso implica, entre outras coisas, que ocorra um avanço sobre os direitos dos trabalhadores, uma desconstrução das políticas de bem-estar social, as quais foram institucionalizadas e incorporadas no período anterior. Não temos evidentemente, nesses países, Estados consolidados de bem-estar social, não se trata disso. No entanto, havia esboços de políticas que buscaram incorporar os trabalhadores do ponto de vista dos direitos trabalhistas, dos direitos sociais. Isso passa por uma flagrante desconstrução, um retrocesso, um recuo de todos aqueles avanços que ocorreram no período anterior, que foram, na verdade, produto de um longo ciclo de acumulação de forças e de luta de classes. No caso notoriamente português, o ciclo posterior à Revolução dos Cravos, ao 25 de abril

de 1974; no caso brasileiro, a redemocratização; e no caso sul-africano, a luta contra o apartheid, que se intensifica durante a década de 1980. Isso tudo fez com que direitos fossem incorporados, institucionalizados, e é exatamente essa dinâmica que está sendo desconstruída, é um desmanche neoliberal desses direitos que, por sua vez, aponta para um aprofundamento dessa estratégia de espoliação, ou seja, de roubo, de expropriação dos trabalhadores. Isso se dá também, fundamentalmente, com a ampliação da lógica da mercantilização no interior dessas diferentes sociedades. Temos, assim, o aprofundamento da mercantilização do trabalho, através da precarização do trabalho, daquilo que nos Estados Unidos se chama casualização, ou seja, informalização do trabalho, em todos esses países. Há uma desconstrução daquilo que a gente poderia chamar de núcleo mais ou menos permanente ou consistente da classe trabalhadora desses países, que é um pouco um produto, uma herança do modelo de desenvolvimento anterior fordista, ainda que periférico. Há uma transição, digamos, rumo a uma maior precariedade do trabalho, produto dessa mercantilização, que se manifesta sob a forma da contratualização, multiplicação das formas de contratação salarial, e outras dinâmicas de mercantilização que estão mais ou menos diretamente ligadas a essa mercantilização do trabalho, e que tem a ver basicamente com o aprofundamento da financeirização econômica desses três países.

Nesse sentido, se esse diagnóstico estiver correto, necessariamente o que se tem ou o que se espera ter, do ponto de vista político, é um recuo das estratégias de revolução passiva, ou do desaparecimento puro e simples das estratégias de revolução passiva, que foram as principais responsáveis por incorporar o sujeito político subalterno nesse ciclo anterior. Isso tende a levar ao colapso, por exemplo, do lulismo no Brasil, ao colapso, no caso português, daquelas formas de representação tradicional, isto é, do Partido Socialista (PS) e da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP), a despeito de todas as suas diferenças e conflitos. No caso sul-africano, tende a levar ao colapso ou a uma enorme dificuldade de se reproduzir a hegemonia do Congresso Nacional Africano (CNA) nessa frente tripartite – o CNA, o Cosatu (principal central sindical) e o Partido Comunista Sul-africano. O que vem depois disso é um aprofundamento da repressão política e da repressão social. O que vem depois disso é uma ampliação daqueles mecanismos repressores contra a organização dos trabalhadores. Os exemplos são abundantes. Na África do Sul, notoriamente, nós tivemos Marikana, o massacre de 36 mineiros, em greve, com desdobramentos políticos catastróficos; no caso brasileiro, estamos assistindo, em escala nacional, o aumento da repressão, inclusive com a votação de leis de exceção, antiterrorismo etc., exatamente ao estilo daquilo que aconteceu durante a Copa do Mundo. E, no caso português, com o governo do Pedro Passos Coelho, que foi um governo altamente autoritário, que agora sofre essa derrota eleitoral, com um rearranjo

de forças à esquerda. Essa é a minha hipótese. A transição do regime de acumulação da exploração do trabalho assalariado barato para as estratégias de espoliação social colapsa a estratégia de revolução passiva como forma prioritária de se organizar o modo de regulação. Esse me parece o ponto central. Então isso significa que haverá mais polarização política e social. Haverá um aprofundamento do processo de luta de classes no sentido amplo, com crises políticas mais frequentes.

**4. Em alguns artigos seus acerca da situação brasileira, consta uma caracterização do modelo lulista/petista de desenvolvimento como uma espécie de “hegemonia precária”. Você poderia nos explicar no que se constituiria esta forma de dominação político-social implementada a partir de 2003 no país? Quais as relações estabelecidas entre os governos petistas e o chamado “mundo do trabalho”?**

RB: Eu diria que o que eu costumo chamar de “hegemonia lulista” se apoia sobre duas formas distintas, porém combinadas, de consentimento popular, um consentimento das massas, ou seja, das classes trabalhadoras que, nesses últimos dez anos, foram seduzidas por políticas públicas notoriamente ligadas ao aumento do salário mínimo, do crédito consignado e do Bolsa Família, que seduzem parcelas significativas das diferentes frações da classe trabalhadora brasileira e aproximam essas parcelas do regime de regulação lulista. Esse primeiro consentimento seria mais passivo; não que a classe trabalhadora seja passiva, mas o consentimento é passivo porque ela não tem um projeto próprio, autônomo, e acaba por aderir ao projeto da burocracia sindical lulista. Por outro lado, há o projeto da burocracia sindical lulista, ou seja, o consentimento ativo das direções dos movimentos sociais, em especial do sindicalismo, que foram forjados desde a redemocratização e que progressivamente atravessou um período de fusão das lideranças desse movimento com o aparelho de Estado. Isso se dá notoriamente na direção política de ministérios, mas também na fusão econômica, com os fundos de pensão das empresas estatais. Há, portanto, uma combinação de duas formas de consentimento. O que tenho enfatizado nesse último período é que essas duas formas de consentimento vão encontrando cada vez mais dificuldades de se reproduzir na medida em que a crise se aprofunda, porque, por um lado, as classes subalternas percebem que as condições de vida e de trabalho vão se tornando mais e mais difíceis, mais e mais precárias, e além disso o próprio desenvolvimento do regime de acumulação, enfim, a desaceleração econômica que diminui a capacidade que o regime tem de multiplicar, por exemplo, o número de postos de trabalho, ou do governo de distribuir renda através de programas de transferência de renda condicionada. Por outro lado, existe uma dificuldade cada vez maior dessa burocracia reproduzir o seu próprio poder, porque

ela se sente pressionada pelas bases, ou seja, a burocracia sindical depende fundamentalmente de certas garantias de boas negociações, e ela percebe nitidamente que essas condições vão se tornando menos favoráveis, tendo em vista o aprofundamento da crise. O acúmulo dessas contradições acaba produzindo o esgotamento dessa forma de hegemonia, o que eu chamei de modo de regulação lulista, ou “hegemonia lulista”. É um pouco isso que a gente está vivendo hoje, um período de colapso dessa hegemonia e, por outro lado, o delineamento do que a gente pode chamar de contornos do pós-lulismo, que fundamentalmente tem a ver com o aprofundamento da luta de classes no país.

### **5. Como as Jornadas de Junho de 2013 podem ser interpretadas dentro desse contexto? Pode-se falar de um novo cenário político no país desde então?**

RB: As Jornadas de Junho anunciaram o fim do lulismo e inauguraram um novo período dessa luta de classes no país. Esse ciclo coloca esses setores jovens de trabalhadores à frente desse processo de intensificação da luta de classes, só que se trata de um setor pouco orgânico, pouco politizado. Ele está se politizando de forma muito intensa, porém ainda precoce, o que faz com que, entre outras coisas, a sua ação seja um tanto quanto errática do ponto de vista político. Ele está acumulando experiência. E, como é um novo período marcado pela intensificação dessa polarização social, outras formas de conflito social que se acumularam no período anterior voltam à tona com mais força. A classe média privilegiada brasileira – a classe média de verdade, não a do governo – sente quando o modelo de desenvolvimento passa por um longo período de estagnação, de baixíssimo crescimento, e de multiplicação desses focos de conflito. Ela está reagindo a isso. Ocorreu uma formalização do mercado de trabalho, que produziu o encarecimento dos serviços, cujos principais beneficiados são exatamente esses setores médios tradicionais. A desconcentração de renda fez com que parcelas da classe trabalhadora ascendessem a um certo patamar de consumo que as colocou nos aeroportos, nos shopping centers etc. Somou-se a isso uma certa ampliação no número de vagas nas universidades; a reserva de mercado dos setores médios tradicionais foi ocupada por jovens trabalhadores, aumentando conseqüentemente a concorrência por postos de trabalho no mercado formal com os filhos dessa classe média tradicional. Isso é interpretado como uma ameaça, e é de fato uma ameaça a esses privilégios de classe. Houve e há, portanto, a formação de um caldo de cultura que é muito favorável ao surgimento de crises. Eu diria que, nesse sentido, há uma conexão entre junho de 2013 e as mobilizações de 2015. Estas últimas tiveram sua origem justamente nas Jornadas de Junho, em São Paulo, quando a classe média saiu às ruas para protestar contra a corrupção. Mas



ali ela era a minoria, esse é o ponto. A imensa esmagadora maioria em 2013 buscava direitos, como o direito ao transporte, a investimentos em saúde e educação etc. Só que em 2015, com o enfraquecimento do governo e o aprofundamento da crise, a classe média tradicional se tornou maioria nas ruas. Basta fazer uma comparação simples, elementar, entre as características sociodemográficas de quem foi à rua em 2013 e quem foi à rua em 2015. Os que foram às ruas em 2013 são jovens, geralmente de classes subalternas, classes populares, um público mais feminino, mais mestiço, mais negro. Em 2015 eram majoritariamente senhores de seus 50 e tantos anos, classe média tradicional, um público mais masculino.

No entanto, como tenho insistido muito, o jovem precariado continua a se inclinar na direção dos direitos. Ele está construindo uma gramática política em torno da questão dos direitos sociais e dos direitos trabalhistas. Esses trabalhadores jovens e precarizados, seus filhos, seus amigos, enfim, as pessoas que moram nos seus bairros etc., eles não sumiram, não desapareceram em 2013. Aquilo não foi simplesmente um evento aleatório ou acidental. A própria estrutura, o próprio desenvolvimento do modelo brasileiro faz com que esses jovens se sintam desafiados pelas próprias condições precárias nas quais eles se encontram inseridos. Então eles voltam, mas eles voltam como aquilo que eu costumo chamar de “pulsão plebeia”, como um impulso reformista que explode, que emerge de tempos em tempos e que precisa ganhar uma organicidade. Recentemente em São Paulo nós tivemos um exemplo dessa pulsão, com o ciclo de ocupações de escolas que impôs uma derrota fragorosa, histórica, ao governo Alckmin. Isso tende a se reproduzir no país todo, principalmente no sistema educacional público. E o grande desafio é como organizar isso, como dialogar com esses jovens, como politizar esse impulso, essa pulsão, como construir propriamente uma agenda que os seduza, como fazer com que o seu protagonismo social se transforme em protagonismo político. Esse é o desafio.

DOI: 10.12957/rep.2015.21075



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.